

ANATEL AUTORIZA VENDA DA TELEFONIA FIXA DA OI PARA A MÉTODO, MAS IMPÕE CONDIÇÕES

A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) autorizou a transferência do controle da Oi Serviços Telefônicos para a Método Telecomunicações, em uma operação avaliada em R\$ 60,1 milhões. A aprovação foi unânime, mas a agência estabeleceu uma série de exigências antes que a transferência possa ser concluída. O negócio havia sido firmado em julho, antes de a falência da Oi ser decretada pela Justiça. A unidade negociada reúne os ativos e operações remanescentes relacionados à telefonia fixa, incluindo linhas de voz, serviços de chamadas de emergência com números de três dígitos, como 190, 192 e 193, além de orelhões, torres e outros equipamentos. Garantias para manter os serviços. Entre as principais condições estabelecidas pela Anatel está a apresentação de garantias financeiras pela Método. O objetivo é demonstrar que a empresa terá capacidade econômica para manter a operação e cumprir as obrigações regulatórias assumidas. A agência também determinou que a nova controladora formalize o compromisso de manter os serviços considerados essenciais. Um plano detalhado deverá ser apresentado para orientar a transferência das operações e reduzir o risco de interrupções durante a mudança de controle. A fiscalização da Anatel sobre os serviços também deverá ser preservada, garantindo que a agência continue acompanhando o cumprimento das obrigações pela empresa que assumirá a operação. Telefonia fixa continuará em



determinadas localidades. A transferência acontece em meio à transformação do modelo de prestação da telefonia fixa no Brasil. Em 2024, a Oi deixou o antigo regime de concessão e passou a operar sob o modelo de autorização, em um processo negociado com a Anatel e o Tribunal de Contas da União (TCU). Mesmo com a mudança, foram estabelecidas obrigações para assegurar a manutenção do serviço em localidades onde existe pouca ou nenhuma alternativa de atendimento. Com a nova decisão, parte dessas responsabilidades deverá ser assumida pela Método. A Anatel determinou que seja feito um aditivo ao acordo firmado anteriormente para formalizar a transferência das obrigações. Investimentos permanecem com Oi e V.tal. A venda da operação de telefonia fixa não transfere para a Método todos os compromissos de investimento previstos no processo de adaptação da Oi. Segundo a Anatel, os investimentos em infraestrutura continuarão sob responsabilidade da Oi e da V.tal, empresa de

infraestrutura de telecomunicações controlada pelo BTG Pactual. O pacote de investimentos previsto anteriormente envolve pelo menos R\$ 5,8 bilhões, podendo alcançar R\$ 10,2 bilhões dependendo do resultado de uma arbitragem envolvendo Oi e Anatel. Entre os compromissos estão projetos de expansão de conectividade, infraestrutura de telecomunicações e implantação de centros de dados, conforme previsto no processo de adaptação da antiga concessão. Operação ainda depende do cumprimento das exigências. Apesar da autorização da Anatel representar um avanço para a venda, a operação ainda não está completamente concluída. A Método terá de cumprir as condicionantes estabelecidas pela agência, incluindo a apresentação das garantias e do plano de transferência. A medida busca garantir que a mudança de controle não prejudique os consumidores que ainda dependem da telefonia fixa, especialmente em regiões onde o serviço possui importância para comunicação de emergência e atendimento básico. A decisão ocorre em um momento decisivo para a Oi, que enfrenta um processo de falência e vem desmobilizando ativos e operações para reorganizar suas atividades e cumprir as determinações judiciais e regulatórias. Fonte: Folha Vitória e Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

TSE LANÇA "PLATAFORMAS DIGITAIS EM AÇÃO" PARA COMBATER CONTEÚDOS FALSOS

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Kassio Nunes Marques, destacou, nesta terça-feira (1º), a importância da cooperação entre a Justiça Eleitoral e as plataformas digitais para combater a disseminação de conteúdos falsos, manipulados e descontextualizados durante o processo eleitoral. A declaração foi feita no lançamento do "TSE Facilita: Plataformas Digitais em Ação", realizado na sede do Tribunal, em Brasília. O ministro ressaltou que "a desinformação precisa ser enfrentada em todas as etapas de sua circulação: na produção, na distribuição e também no momento em que cada pessoa recebe, interpreta e compartilha uma mensagem, o que exige a responsabilidade de todos". A nova ferramenta reúne, em um único ambiente, conteúdos produzidos pelas principais plataformas digitais que atuam no Brasil, além de informações sobre procedimentos, fluxos de comunicação, responsabilidades e requisitos técnicos relacionados ao cumprimento de decisões da Justiça Eleitoral envolvendo conteúdos publicados na internet. Os materiais ficarão disponíveis no ambiente de ensino a distância da Escola Judiciária Eleitoral do TSE (EJE/TSE). Participação política Ao abrir o encontro, o ministro Kassio Nunes Marques ressaltou que o ambiente digital ampliou as possibilidades de participação política, de circulação de ideias e de aproximação entre a sociedade e as instituições, mas

advertiu que esse espaço não pode ser comprometido pela desinformação. "Não podemos, em razão disso, permitir que a circulação desenfreada de conteúdos falsos, manipulados e descontextualizados interfira no usufruto de espaço tão democrático", afirmou o ministro. Segundo ele, iniciativas como o TSE Facilita permitem oferecer aos diferentes participantes do processo eleitoral conhecimento para uma atuação mais segura e eficiente no ambiente digital. Respostas mais rápidas Para Kassio Nunes Marques, a atuação conjunta é especialmente importante porque a Justiça Eleitoral e as plataformas digitais possuem atribuições e capacidades distintas, que podem se complementar no enfrentamento aos desafios do ambiente digital. O presidente do TSE explicou que as plataformas conhecem a arquitetura dos próprios serviços, possuem capacidade tecnológica e podem adotar medidas operacionais com maior rapidez. Já a Justiça Eleitoral fornece a referência normativa, a informação oficial, a legitimidade institucional e a garantia do devido processo legal. Segundo ele, quando essas capacidades são conjugadas com transparência e empenho, as respostas se tornam mais céleres, proporcionais e efetivas. Nesse contexto, o TSE busca tornar mais claros os procedimentos necessários à

atuação de candidatas e candidatos, partidos políticos, magistradas e magistrados, integrantes do Ministério Público e demais interessados. Para Nunes Marques, facilitar o acesso a essas informações contribui para a segurança jurídica, a celeridade e o cumprimento das regras eleitorais. A ferramenta também pretende facilitar a compreensão dos procedimentos e requisitos técnicos necessários ao adequado cumprimento das decisões da Justiça Eleitoral, especialmente aquelas relacionadas a conteúdos disponibilizados nas plataformas digitais. Responsabilidade compartilhada Nunes Marques lembrou ainda que o enfrentamento à desinformação não se limita à retirada ou à redução da circulação de determinado conteúdo. Segundo ele, o problema deve ser enfrentado em todas as etapas. Para o ministro, uma democracia saudável, do ponto de vista informacional, depende da combinação de normas adequadas, serviços digitais responsáveis, instituições preparadas e cidadãos conscientes de suas responsabilidades. Plataformas Digitais em Ação O lançamento da página Plataformas Digitais em Ação contou com a presença de representantes de instituições parceiras e das principais plataformas digitais que atuam no Brasil, além de autoridades como: o diretor da Escola Judiciária Eleitoral do TSE, ministro Cristiano Zanin; a ministra Estela Aranha; o vice-procurador-geral eleitoral, Alexandre Espinosa; o presidente em exercício do Conselho Federal da OAB, Délio Lins e Silva; a defensora pública-geral federal, Tarcijany Linhares; e a presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, juíza Vanessa Mateus. A programação prevê painéis temáticos de apresentação e debate sobre os desafios operacionais relacionados ao cumprimento de decisões judiciais envolvendo conteúdos publicados na internet, tema que tem ganhado relevância diante da crescente presença das plataformas digitais nos processos eleitorais. Para o presidente do TSE, a ampla divulgação dos materiais disponibilizados na plataforma poderá contribuir para aumentar a efetividade das decisões da Justiça Eleitoral e fortalecer a confiança da sociedade nas eleições. "Quando a informação é clara, o diálogo é permanente e as responsabilidades são compreendidas, a democracia se fortalece", concluiu o ministro.



PIÚMA
PREFEITURA

PUBLICAÇÃO OFICIAL 09/09/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 051/2026
Processo nº 6202/2026
ID CidadES: 2026.056E0700001.01.0054

O MUNICÍPIO DE PIÚMA/ES, torna público para conhecimento dos interessados que, realizará licitação na modalidade de PREGÃO na forma ELETRÔNICA, através da plataforma PORTAL DE COMPRAS PÚBLICA, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE SOLUÇÃO INTEGRADA PARA REGISTRO DE PONTO ELETRÔNICO E CONTROLE DE ACESSO, COMPREENDENDO A DISPONIBILIZAÇÃO DE RELÓGIOS DE PONTO BIOMÉTRICOS POR RECONHECIMENTO FACIAL (NOVOS E SEM USO ANTERIOR) E CATRACAS, INCLUINDO INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, TREINAMENTO DOS USUÁRIOS, INTEGRAÇÃO COM O SISTEMA DE RECURSOS HUMANOS, ATUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA, SUPORTE TÉCNICO LOCAL E REMOTO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, REPOSIÇÃO DE PEÇAS E DEMAIS SERVIÇOS NECESSÁRIOS AO PLANO FUNCIONAMENTO DA SOLUÇÃO.**

Abertura das Propostas e Início da Sessão: 09h do dia 23/09/2026, o Edital e Anexos encontra-se disponíveis nos sites: www.portaldecompraspublicas.com.br e <https://www.piuma.es.gov.br/portal/transparencia/licitacao>.
Mais informações através do tel. (28) 3520-6500 Ramal 1051 ou e-mail: pregao@piuma.es.gov.br
Piúma, 04 de setembro de 2026.

MARIA GABRIELA MARINHO DOS SANTOS
Agente de Contratação - Pregoeira